

REPERCUSSÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: UMA ANÁLISE COM MÚLTIPLOS OLHARES

PHYSICAL EFFECTS OF INCLUSIVE EDUCATION: AN ANALYSIS WITH MULTIPLE PERSPECTIVES

Jessamine Moraes de Aguiar¹
Marla Moraes de Aguiar²
Antonia Eliana de Araújo Aragão³

RESUMO

O estudo propõe-se a analisar, por meio de um estudo exploratório-descritivo, a percepção e o conhecimento dos integrantes da Escola Raul Monte, da rede pública da cidade de Sobral-CE, acerca da inclusão nas atividades de ensino dos alunos com deficiência, ou seja, acerca da Educação Física Inclusiva. A amostra foi constituída de dezessete profissionais da educação, entre eles um diretor, dois coordenadores e quatorze professores em geral. Quatorze informantes eram do gênero feminino e três do gênero masculino, todos tendo cursado nível superior em instituições públicas, sendo que sete são especialistas, sete têm mais de dez anos de atuação na área da educação, dois têm entre cinco e dez anos e seis têm entre um e cinco anos de experiência. Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento um formulário, composto por doze questões objetivas e duas subjetivas. Os resultados apontam que os participantes não possuíam conhecimentos suficientes para incluir alunos com deficiência em suas aulas, embora acreditem que a participação do aluno com deficiência em aulas de Educação Física auxiliem na inclusão do aluno na comunidade escolar. Observou-se também por meio dessa pesquisa que os professores necessitam de formação mais abrangente para desenvolver de maneira eficaz o trabalho voltado para pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Educação Física. Educação Básica.

ABSTRACT

The study aims to analyze the perception of the members of school community about the inclusion of students with disabilities in regular education and their knowledge related to inclusive physical education in public schools in Sobral-CE. The sample consists of seventeen education professionals, in particular a director among them, two coordinators and fourteen teachers in general. Fourteen participants were female and three males, all of them studied higher level courses in public institutions, which seven of them are specialists, seven with more than ten years of experience in education, two had between five and ten years, and six were between one and five years of experience. For data collection, was used as an instrument of the type semi-structured questionnaire, consisting twelve subjective questions and two objectives. The results indicate that most participants did not have sufficient knowledge to include students with disabilities in their classes, and many of them believe that the participation of students with disabilities in physical education classes help the inclusion of students in the school community.. It was also observed through this research that teachers need a more comprehensive training to effectively develop the work facing people with disabilities.

¹ Graduada em Educação Física, licenciatura, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú- Sobral - Ceará.

² Graduada em Educação Física, licenciatura, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú- Sobral - Ceará.

³ Graduada em enfermagem, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) Doutorado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do Curso de Enfermagem do Instituto Superior de Teologia Aplicada (INTA)

Keywords: *Inclusive education. Physical Education. Basic Education.*

1 INTRODUÇÃO

A educação no Brasil vem, ao longo dos anos, sofrendo modificações concernentes à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino, na perspectiva de um ensino de qualidade para todos, procurando atender às necessidades básicas dos alunos de acordo com suas particularidades e limitações.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) representam um grande avanço no que se refere às políticas instituídas nos últimos anos para facilitar o acesso das pessoas com deficiência à educação.

A LDB é um importante instrumento de melhoria da qualidade da educação no Brasil. A Lei 9.394, que instituiu a LDB, em seu artigo 2º, destaca que a educação, é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania. (BRASIL, 2011).

A educação, portanto, é um direito de todos e dever da família, da escola e da sociedade, as quais devem oferecer todas as condições para que as pessoas com deficiência tenham acesso à educação.

De acordo com o artigo 58 da LDB, a educação especial é uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para as pessoas com deficiência.

Quanto à promoção da educação a essas pessoas, a LDB exige o cumprimento de alguns requisitos fundamentais, como: oferta de serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. O atendimento educacional deve ser feito em classes, escolas ou serviços especializados sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 2011).

No Brasil, o atendimento às pessoas que apresentavam alguma limitação começou durante o Império, com a criação de algumas instituições como o Instituto Benjamim Constant e, no início do século XX, com a fundação do Instituto Pestalozzi, destinado a atender pessoas com deficiência mental.

Até então, a educação especial se organizava no atendimento especializado que substituíria o ensino e estimulava a criação de escolas especializadas para os alunos considerados deficientes.

A LDB representa um grande avanço nas políticas de inclusão de alunos com necessidades especiais, pois lhes garante direitos fundamentais para a cidadania. Em seu Artigo 59, inciso IV, está previsto que os sistemas educacionais devem assegurar às pessoas com deficiência educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora. (BRASIL, 2011).

Os parâmetros Curriculares Nacionais apontam para a necessidade de se criar uma cultura de valorização à diversidade na escola. Esta, por sua vez, procura firmar as bases para desenvolver uma política de inclusão, bem como para o respeito às diversidades.

A LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos elaborados com a finalidade orientar os educadores à prática de ações didáticas e pedagógicas que correspondam aos princípios da educação na sociedade contemporânea.

Conforme Mesquita (2010, p. 306) “a definição de conteúdos, de disciplinas, dos objetivos e metas do ensino, além das orientações metodológicas e de avaliação se apresentam como mecanismos utilizados pelo governo a fim de consolidar seu projeto social”.

Essas novas legislações exigem que as escolas desenvolvam um projeto curricular capaz de atender às necessidades de todos os alunos, inclusive no que diz respeito à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais.

A política curricular materializada por meio também dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares - orienta as escolas e seus professores a desenvolverem ações adequadas para atender as várias necessidades que se apresentam no contexto da escola e na sala de aula. (MESQUITA, 2010). Dessa maneira, escola e professor são responsáveis pelo desenvolvimento de adaptações no currículo escolar, de modo a atender a diversidade. Assim, as adaptações possibilitam que a escola cumpra efetivamente seu papel, tendo em vista as limitações e as peculiaridades de cada aluno.

O atendimento às pessoas com deficiência na escola requer transformações não somente no currículo e na postura dos profissionais que nela atuam. É necessário que haja também uma mudança em todo o sistema escolar, no sentido de oportunizar aos alunos com deficiência a concretização de um direito básico que é a educação.

A terminologia utilizada para designar as pessoas com deficiência sofreu modificações ao passar dos anos. Entre as mais utilizadas destacavam-se aleijado, defeituoso, incapacitado, inválido ou pessoas com deficiência. Por volta da

década de 1990, entrou em uso a expressão “pessoa com deficiência”, que permanece até os dias atuais.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) tem sido o mais importante sistema de classificação no processo de compreender e definir a deficiência. Para essa organização, considera-se pessoa com deficiência aquela que, por motivo de perda ou anomalia congênita ou adquirida, de estrutura ou função psicológica, intelectual, fisiológica ou anatômica, susceptível de provocar restrições de capacidade, pode estar em situação de desvantagem para o exercício de atividades consideradas normais, tendo-se em conta a idade, o sexo e os fatores socioculturais dominantes (OMS, 2003).

O número de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência vem crescendo a cada dia em nosso meio. O Brasil vem se organizando em termos de dados estatísticos oficiais sobre as pessoas com deficiência. (BRASIL, 2010, p. 6). De acordo com a OMS, estima-se que, em tempos de paz, 10% da população de países desenvolvidos é constituída de pessoas com algum tipo de deficiência. Para os países em vias de desenvolvimento, estima-se de 12% a 15%. Destes, 20% seriam pessoas com deficiência física.

De acordo com o Censo (2010), entre as deficiências investigadas, a deficiência visual apresenta a maior incidência, sendo

declarada por 18,8% da população. (IBGE, 2012).

O termo deficiência pode ser entendido como todo e qualquer comprometimento que afeta a integridade da pessoa e traz prejuízos na sua locomoção, na coordenação de movimentos, na fala, na compreensão de informações, na orientação espacial ou na percepção e contato com outras pessoas, conforme o art. 3º do Decreto Federal nº. 3.298/1999.

De acordo com o acometimento de um determinado órgão ou funcionalidade do corpo, destaca-se o tipo de deficiência a que pertence cada indivíduo, podendo ser classificada em intelectual, física, auditiva, visual ou múltipla.

Dessa maneira, o art. 4º. do Decreto nº. 3.298/1999 (p. 1-2), considera pessoa portadora de deficiência aquela que se enquadra nas categorias de deficiência física, auditiva, visual, mental e múltipla.

Ainda, outro aspecto a se considerar diz respeito à deficiência congênita e adquirida. A primeira refere-se a pessoas que nasceram com a deficiência ou que adquiriram no primeiro ano de vida. Já a segunda diz respeito a sua instalação em qualquer outro período. (SESI, 2011, p. 139).

Qualquer que seja a limitação resultante de algum tipo de deficiência que algumas pessoas são acometidas não impede que o indivíduo leve uma vida ativa e alcance o máximo de suas possibilidades,

fazendo valer os direitos que lhes são assegurados.

Nos últimos anos, a escola tem se esforçado para atender a uma nova clientela de alunos, buscando, a cada dia, transformar uma realidade que, por muito tempo, se caracterizou pelo preconceito e pela exclusão. De acordo com Bibiano (2011, p. 49), “a tendência é de mudança, embora lenta e ainda desigual”.

Nesse contexto, a escola vem desenvolvendo ações no sentido de promover a inclusão de pessoas com deficiência, garantindo-lhes o direito à educação e à vivência em sociedade. Os princípios da educação inclusiva estão intrinsecamente relacionados com esse papel mais formativo e ético da escola, que busca incentivar a cidadania das crianças. (SAMPAIO, 2009).

Nesse cenário, as escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando estilos e ritmos diferentes de aprendizagem. Devem assegurar a todos uma educação de qualidade, por meio de recursos e parcerias com a comunidade. Nas escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais devem receber todo apoio extra de que possam precisar, para que lhes seja assegurada uma educação efetiva. O caminho é compreender que as crianças têm características específicas e procurar conhecer bem cada uma delas. (BIBIANO, 2011).

Uma escola ou turma considerada inclusiva precisa ser mais do que um espaço para convivência, um ambiente onde se aprendam os conteúdos socialmente valorizados para todos os alunos da mesma faixa etária. O objetivo dessa proposta é a possibilidade de ingresso e permanência do aluno na escola com sucesso acadêmico, sendo que isso só poderá acontecer a partir da atenção às peculiaridades de aprendizagem e de desenvolvimento.

A Declaração de Salamanca afirma que “*todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e a oportunidade de obter e manter um nível de conhecimentos*”. (BRASIL, 2006).

A educação será inclusiva se todos os indivíduos tiverem a garantia de seus direitos. Contudo, a educação só estará desempenhando seu verdadeiro papel se adotar uma política de aceitação e, sobretudo, de valorização das diferenças.

A Educação Inclusiva não é apenas a simples colocação em sala de aula, mas significa a criação de uma escola onde pessoas com e sem deficiência possam conviver e estudar em ambientes em que os indivíduos aprendam a lidar com a diversidade. (RÉUS E CAVALARI, 2010). Dessa maneira, a proposta de educação inclusiva se baseia em adaptação curricular que deve ser realizada por uma equipe multidisciplinar, visando prestar auxílio tanto aos professores quanto às pessoas com deficiência.

A educação inclusiva pode ser concretizada adotando-se um sistema de valores éticos, de justiça e de igualdade na sociedade como um todo, de modo que as pessoas com deficiência tenham acesso à escola, à aprendizagem e à socialização.

Os sistemas educacionais, ao passarem por todo esse processo de inclusão dos alunos com deficiência na educação básica, procuram estabelecer laços com todas as áreas da educação. O envolvimento das mais variadas contribuições de ensino muito favorece para o uma educação inclusiva de qualidade.

Segundo Fausto et al (2009, p. 242), “a inclusão de alunos nas aulas de Educação Física passou de isoladas ações ou quase inexistência para um descobrir de possibilidades”.

Entre as décadas de 1920 a 1930, a Educação Física estava voltada para militares, quando estes buscavam desenvolver e aprimorar suas forças físicas. A partir de 1980, os objetivos da disciplina sofreram significativas mudanças nos conteúdos e nos métodos pedagógicos. (FAUSTO et al, 2009).

Assim, surge a Educação Física adaptada, uma área que tem por objetivo o estudo da motricidade humana para as pessoas com necessidades educacionais especiais, adequando metodologias de ensino para o entendimento das características de cada pessoa com deficiência, respeitando suas diferenças individuais. Atendendo as necessidades

sociais voltadas às questões terapêuticas, de reabilitação ou educacionais, a área de Educação Física tem procurado ampliar-se para que todos possam ter acesso à prática, principalmente no que se refere aos contextos educacionais. (MORAES, 2010, p. 89).

A Educação Física voltada para pessoas com deficiência física se inicia em meados da década de 1950, sendo um componente a mais em tratamentos terapêuticos. Naquela época, as pessoas com deficiência física eram vistas como doentes que precisavam de atendimento e tratamento.

Essa situação mudou a partir de 1990, quando a disciplina de Educação Física foi incluída nos novos currículos dos cursos graduação. Dessa vez, a disciplina tinha a finalidade de formar professores de Educação Física para atuar junto às pessoas com deficiência. (MORAES. 2010, p. 91).

As discussões sobre a Educação Física e sobre as pessoas com deficiência foram se intensificando, principalmente em congressos com a participação de professores, atletas e pessoas com deficiência. A partir daí, foi criada uma disciplina específica com o objetivo de formar professores para atender tal grupo de pessoas.

Na educação, o atendimento às pessoas com deficiência ficou também conhecido como Educação Física adaptada,

tendo como finalidade explorar as potencialidades dos alunos.

Seguindo essa lógica, Cidade & Freitas (*apud* BUENO & RESA, 1995) destacam que a Educação Física adaptada para pessoas com deficiência não se difere da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educandos.

De acordo com Aguiar & Duarte (2005, *apud* COSTA & BITTAR, 2004), a atividade física e/ou esportiva inclusiva é toda e qualquer atividade que, ao levar em consideração as potencialidades e as limitações físico-motoras, sensoriais e mentais dos seus praticantes, propicia-lhes efetiva participação nas diversas atividades físicas (como nas esportivas, recreativas, danças e ginásticas) e, conseqüentemente, possibilita o desenvolvimento de suas competências.

O Programa Saúde na Escola é uma ação governamental voltada para a promoção da saúde na escola. O programa foi criado em 2007 e tem a finalidade de aliar saúde e educação como duas dimensões fundamentais para o exercício pleno da cidadania.

De acordo com o Ministério da Saúde, “as políticas de saúde reconhecem o espaço escolar como espaço privilegiado para práticas promotoras da saúde,

preventivas e de educação para saúde”. (BRASIL, 2009).

Vieira e Silva (2011, p. 3) afirmam que “o PSE tem a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de Educação Básica, por meio de intervenções de prevenção, promoção e atenção em saúde”. Os autores afirmam ainda que o processo de implementação do programa é realizado através da adesão dos estados e dos municípios, a partir de termos de compromisso, conforme as diretrizes da portaria nº 1.861 de 2008.

Os profissionais que atuam no PSE são nomeados pelos gestores municipais e são organizados em equipes que mapeiam a rede de atendimento de saúde e de ensino. A partir daí, realizam um diagnóstico da situação dos territórios mapeados para definir atribuições da ESF e das escolas. (VIEIRA E SILVA, 2011).

As ações envolvem visitas constantes da Estratégia Saúde da Família nas escolas que participam do programa, avaliando as condições de saúde dos alunos por todo o ano. A partir disso, são planejadas ações conjuntas entre os profissionais das equipes e os alunos, dando ênfase à educação em saúde e a atividade física.

Os objetivos do PSE são: I – Promover a saúde e a cultura de paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde; II – Articular as ações da rede pública de saúde com as ações da rede pública de Educação Básica, de forma a

ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos estudantes e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis; III – Contribuir para a constituição de condições para a formação integral de educandos; IV – Contribuir para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos; V – Fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar; VI – Promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes; VII – Fortalecer a participação comunitária nas políticas de Educação Básica e saúde, nos três níveis de governo. (BRASIL, 2009).

Entre as ações do PSE pode-se citar a Semana Saúde na Escola, iniciada no começo de 2012, por meio de uma parceria entre os Ministérios da Saúde e da Educação que visa mobilizar a comunidade, alertando sobre a importância dos cuidados à saúde para o desenvolvimento integral do aluno.

A Semana Saúde na Escola tem por objetivo principal iniciar uma mobilização acerca de temas prioritários de saúde a serem trabalhados ao longo do ano letivo nas escolas. (BRASIL, 2013). Todos os municípios brasileiros podem participar das atividades do PSE, que são divididas em três categorias: avaliação das condições de

saúde, promoção da saúde e prevenção de doenças e formação.

A avaliação das condições de saúde visa obter informações a respeito do crescimento e desenvolvimento dos alunos, considerando também a importância da saúde mental.

A promoção da saúde e prevenção de doenças busca garantir oportunidades aos alunos para fazerem as escolhas que mais favoreçam a saúde, de forma a serem eles os protagonistas de suas condições de saúde e qualidade de vida. (BRASIL, 2013).

O PSE tem grande relevância para a garantia dos direitos dos alunos, incluindo as pessoas com deficiências, pois busca promover a saúde, a cidadania e os direitos humanos. Por isso, pode ser considerada uma política inclusiva que contempla uma aprendizagem escolar satisfatória a partir do atendimento às diversas necessidades dos discentes.

A Semana Saúde na Escola, como sendo uma ação do PSE, tem oferecido acesso a informações que são essenciais para um desenvolvimento mais saudável dos alunos, dando-lhes mais autonomia para cuidarem eles mesmos da saúde. De acordo com Brasil (2008, p. 45), “a atenção à pessoa portadora de deficiência envolve esforços de instituições públicas e privadas, bem como de organizações civis, cujo objetivo final é a inclusão da pessoa portadora de deficiência”.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência tem o propósito de

reabilita a pessoa com deficiência, aumentando sua capacidade e desempenho para incluí-la em todos os setores da vida social. Essa política requer, portanto, a criação de ambientes favoráveis à promoção da saúde tanto das pessoas com deficiência quanto daquelas com as quais convivam. (BRASIL, 2008).

Conforme a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, a assistência às pessoas com deficiência deve ser realizada em um sistema amplo, que envolve a implantação de programas de reabilitação com a participação da família, da comunidade e da escola.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Analisa a percepção dos membros da comunidade escolar acerca da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, bem como os conhecimentos de tais membros referentes à Educação Física inclusiva.

2.2 Específicos

- Identificar o conhecimento de professores de áreas distintas sobre Educação Inclusiva e/ou Educação Física inclusiva;
- Verificar, na opinião de membros da comunidade escolar, se a participação de alunos com deficiência em aulas de

Educação Física auxilia no processo de inclusão escolar;

- Investigar os aspectos facilitadores e entraves para a atuação do professor de Educação Física que tenha, em suas aulas, alunos com deficiências.

3. METODOLOGIA

3.1 Informantes

Estudo exploratório, descritivo, realizado com dezessete professores de áreas distintas da Escola Raul Monte, da rede municipal de ensino, na cidade de Sobral-CE. Quatorze informantes eram do gênero feminino e três do gênero masculino, todos tendo cursado nível superior em instituições públicas, sendo que sete são especialistas, sete têm mais de dez anos de atuação na área da educação, dois têm entre cinco e dez anos e seis têm entre um e cinco anos de experiência.

Fez-se uma escolha pelos profissionais mais experientes, visto que estes poderiam discutir mais detalhadamente acerca da inclusão de pessoas com deficiência do que os profissionais que estão há menos tempo em sala de aula.

Para a coleta de dados foi utilizado um formulário composto por doze questões objetivas e duas subjetivas.

3.3 Métodos e procedimentos

Inicialmente, foram apresentados à direção da escola a relevância e os

objetivos. Após a autorização do gestor escolar, deu-se a aplicação do formulário, o qual foi antecedido da explicação do pesquisador a respeito dos objetivos e finalidades da pesquisa, bem como a respeito do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

As respostas às questões fechadas consistiram na interpretação das estatísticas descritivas, de forma a obter-se uma visão de como os dados estavam distribuídos e de como se diferenciavam por questões. Para a análise das respostas discursivas, não passíveis de quantificação, destacaram-se as falas relevantes aos objetivos do estudo.

4 RESULTADOS

Inicialmente obteve-se a informação de que todos os informantes concluíram o Ensino Superior em instituições públicas, sendo 10 deles graduados e 7 especialistas.

Tabela 1 – Formação acadêmica dos entrevistados.

Formação	n
Graduados	10
Especialistas	7

Fonte: Pesquisa

De acordo com a tabela acima, verifica-se que os professores estão preparados para desempenharem suas funções. Stainback (1999) apud Fausto et al (2009) afirma que, no processo de inclusão na escola, cabe aos professores a

atualização de seus conhecimentos através da formação continuada. Além da formação, que é fundamental para todo educador, observou-se que a maioria dos profissionais possui bastante experiência em sala de aula e desempenha seu trabalho com segurança, o que é resultado de anos de estudo e preparação.

Vê-se, na Tabela 2, que 7 participantes têm mais de 10 anos de tempo de atuação na área da Educação/Educação Física Escolar, 6 dos informantes têm entre 1 e 5 anos de tempo de atuação, 2 dos informantes têm entre 5 e 10 anos de atuação e outros 2 informantes menos de 1 ano de atuação.

Tabela 2 - Tempo de atuação na área da Educação/Educação Física Escolar.

Tempo de Atuação	n
Menos de 01 ano	2
Entre 1 e 5 anos	6
Entre 5 e 10 anos	2
Mais de 10 anos	7
Total	17

Fonte: Pesquisa

Conforme a tabela 02, pode-se constatar o que foi comentado anteriormente acerca do tempo de experiência dos profissionais. Percebe-se que a maioria dos educadores da escola possui mais de 10 anos de experiência na educação.

De acordo com Betti e Mizukami (2013), após anos de atuação e experiência, o professor aprende a enxergar melhor as coisas e aprende a observar

melhor os alunos. A partir desse princípio, verifica-se que o conhecimento adquirido com alguns anos de atuação propicia o desenvolvimento de habilidades que são essenciais para o exercício do professor de Educação Física, principalmente para os que lidam junto aos alunos com deficiência.

A Tabela 3 mostra que cerca de 11 professores responderam ter conhecimentos sobre Educação Física e/ou Educação Física Inclusiva e que 6 professores informaram que não tinham conhecimentos sobre o assunto.

Tabela 3 - Conhecimentos sobre Educação Física e/ou Educação Física inclusiva.

Conhecimentos	n
Tinham conhecimentos	11
Não tinham conhecimentos	6
Total	17

Fonte: Pesquisa

No que diz respeito ao conhecimento acerca da Educação Física inclusiva, observa-se que os profissionais possuem conhecimentos ou buscam conhecer melhor os benefícios da inclusão de pessoas com deficiência, haja vista a necessidade de todo educador atualmente trabalhar voltado à diversidade.

Conforme Sampaio (2009), os princípios da educação inclusiva estão intrinsecamente relacionados com o papel mais formativo e ético da escola. Sampaio afirma ainda que os professores acreditam que os conhecimentos que lhes faltam para ensinar as crianças com deficiência se

referem, primordialmente, à conceituação, à etiologia e aos prognósticos das deficiências, conhecimentos estes que precisam ser especificamente aplicados para que haja a aprendizagem escolar.

Por isso, é importante promover atividades de formação dos professores, para conscientizá-los acerca da responsabilidade no processo de inclusão escolar.

A Tabela 4 mostra que os participantes que disseram possuir conhecimentos sobre Educação Física e/ou Educação Física Inclusiva, os obtiveram por meio de especialização, palestras e leituras.

Tabela 4 - Fontes de obtenção de conhecimentos sobre Educação Física e/ou Educação Física inclusiva.

Fontes	n
Graduação	0
Extensão	0
Especialização	2
Palestras	4
Leituras	5
Outras Fontes	0
Total	11

Fonte: Pesquisa

A promoção de palestras na escola, os cursos de especialização e os estudos constantes por meio de leituras têm propiciado a ampliação de conhecimentos e a conscientização dos educadores acerca da inclusão, conforme mostra a tabela 4.

A realização de atividades em que a inclusão seja discutida tem impactos positivos dentro da escola, pois sensibiliza

os educadores quanto às necessidades das pessoas com deficiência.

De acordo com Brasil (2010, p. 20), a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência.

Para isso, os sistemas de ensino devem promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo formação de professores para o atendimento especializado exigido na inclusão escolar. (BRASIL, 2010).

Em relação ao questionamento de nº. 7, 7 professores responderam demonstrando não terem um conhecimento aprofundado no assunto, deixando a desejar no que diz respeito à conceituação de inclusão. Outros 3 afirmaram que as instituições de ensino não se encontram preparadas para a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Ainda, 8 professores demonstram ter alguns conhecimentos básicos em relação à inclusão escolar.

Com relação ao quesito 8, constatou-se que todos os professores afirmaram ter em sua escola alunos com deficiência.

Na tabela 5, pode-se observar que, de acordo com o conhecimento, os professores, no que diz respeito à deficiência, apontaram que a sua escola apresentava alunos com os seguintes tipos de deficiência: 16 marcaram a opção de ordem intelectual, 9 de ordem física e 1 de ordem auditiva. Vale salientar que os

professores poderiam marcar mais de uma alternativa nessa questão. Um dos professores não respondeu ao questionamento.

Tabela 5 - Tipos de deficiências dos alunos da escola em questão.

Tipos de deficiências	N
Física	9
Intelectual	16
Auditiva	1
Visual	0

Fonte: Pesquisa

Segundo Araujo e Ferraz (2010, p. 4), pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. De acordo com a tabela 5, verifica-se que as principais deficiências dos alunos da escola estão relacionadas às dimensões físicas e intelectuais. Alguns educadores comentaram que tais alunos têm muita dificuldade em absorver os conteúdos. Quanto aos alunos com deficiência física, os professores comentaram que ainda há preconceito na escola por parte dos colegas, pois não há uma conscientização destes acerca da importância da inclusão.

Na Tabela 6, 14 participantes responderam que não tinham conhecimentos suficientes para incluir um aluno com deficiência em suas aulas e apenas 3 afirmaram ter.

Tabela 6 - Conhecimentos suficientes para incluir um aluno com deficiência em suas aulas.

Conhecimentos	N
Tinham conhecimentos	3
Não tinham conhecimentos	14
Total	17

Fonte: Pesquisa

A tabela 6 mostra que a maioria dos educadores não possui conhecimentos suficientes para incluir os alunos com deficiência física. A aplicação de métodos e conteúdos que promovam a inclusão pode surgir a partir da realização de cursos de formação específicos, da intensificação de atividades e palestras que abordem a importância de inserir as pessoas com deficiência nos mais diversos meios sociais, sobretudo na escola.

Para Fausto et al (2009, p. 4), o mais importante é oferecer a todos os alunos os serviços que atendam às suas reais necessidades e expectativas, mas em ambientes integrados.

Na Tabela 7, pode-se observar que 5 professores disseram priorizar em suas aulas as “adaptações de recursos de ensino e espaço físico”, 4 professores priorizam “operacionalizar procedimentos metodológicos específicos para atender as necessidades especiais” e 2 consideram importante “desenvolver projetos de intervenções coletivas”. A intenção é promover maior acessibilidade por meio de mecanismos de ensino e procedimentos capazes de garantir uma melhor aprendizagem e mais autonomia às pessoas com deficiência.

Para Fausto et al (2009, 246), esse contexto torna-se necessário, tendo como finalidade a perspectiva do aluno desenvolver a confiança em si e no apoio dos colegas de classe.

A acessibilidade tem como objetivo permitir um ganho de autonomia e de mobilidade a uma gama maior de pessoas, inclusive àquelas que tenham reduzido a sua mobilidade ou dificuldade em se comunicar. (BRASIL, 2008). Dessa maneira, as pessoas com deficiência podem usufruir dos espaços educativos com mais confiança e segurança.

Tabela 7 - Prioridades nas aulas para a inclusão de alunos com deficiência.

Prioridades nas aulas	n
Operacionalizar procedimentos metodológicos específicos para atender às necessidades especiais.	4
Desenvolver projetos de intervenções coletivas.	2
Adaptar recursos de ensino e espaço físico.	5
Total	11

Fonte: Pesquisa

Conforme a tabela 7, verifica-se que os educadores atribuem grande importância aos procedimentos metodológicos e à adaptação de recursos e do espaço destinado às atividades dos alunos. Para eles, os projetos de intervenção coletiva também contribuem para a formação de um ambiente mais inclusivo.

Segundo Brasil (2010, p. 21), a educação inclusiva direciona ações para o atendimento às especificidades dos alunos

com deficiência no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orientando a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, de serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

Na Tabela 8, observa-se que 12 dos professores acreditam destacar-se como requisito necessário para a inclusão de um aluno com deficiência nas suas aulas “reconhecer as potencialidades do aluno com deficiência”. 9 professores assinalaram a opção que determina “desenvolver estratégias de sensibilização para o alunado”, ao passo que 3 disseram adotar como requisito “respeitar a diversidade sem formação acadêmica específica”. Neste quesito, foi-lhes permitido apontar mais de uma opção.

Sobre o reconhecimento das potencialidades de cada aluno e o respeito à diversidade, Sampaio (2009) afirma que é importante ampliar a discussão sobre o fato de que a pessoa com deficiência é um ser como qualquer outro e enfatiza que “cabe à sociedade se reorganizar de forma a garantir o acesso de todos (inclusive os que têm uma deficiência) a tudo que ela possibilita, independentemente de peculiaridades individuais”.

Tabela 8 - Requisitos necessários para inclusão de aluno com deficiência nas suas aulas.

Requisitos necessários	n
------------------------	---

Reconhecer as potencialidades do aluno com deficiência.	12
Respeitar a diversidade sem formação acadêmica específica.	3
Desenvolver estratégias de sensibilização para o alunado.	9

Fonte: Pesquisa

A tabela 8 mostra que a maioria dos professores está consciente acerca da valorização das potencialidades dos alunos com deficiência. Conforme as respostas, verifica-se que a inclusão envolve valorização ao próximo, respeito à diversidade e sensibilização.

Para Montoan (2004) apud Moraes (2010, p. 84-85), o processo inclusivo implica no reconhecimento de que o outro é sempre e implacavelmente diferente, pois a diferença é o que existe, a igualdade é inventada e a valorização das diferenças impulsiona o progresso educacional.

Na Tabela 9, verifica-se que 15 professores acreditam que a participação do aluno com deficiência em aulas de Educação Física auxilia na inclusão do discente na comunidade escolar e que apenas 2 dos professores não acreditam que tal participação auxilia. A inclusão acontece quando envolvemos dinamismo e quando inserimos não apenas um ou outro indivíduo, mas, sim, todas as pessoas, de modo igualitário. (FAUSTO et al, 2009).

Tabela 9 - Acreditam que a participação do aluno com deficiência em aulas de Educação Física auxilia a inclusão do aluno na comunidade escolar.

Crença	n
--------	---

Acreditam	15
Não acreditam	2
Total	17

Fonte: Pesquisa

São muitas as possibilidades de inclusão de pessoas com deficiência na escola. Segundo Fausto et al (2009, p. 4), ao educador é cabível parte do projeto de inclusão durante as aulas. Os autores acrescentam que é preciso conhecer e acreditar que existem aspectos diversos nos quais o educador poderá auxiliar e orientar o aluno com deficiência a participar e a praticar atividades em diferentes níveis de complexidade.

A Educação Física é um importante elemento de inclusão dentro das instituições de Ensino Infantil e Fundamental. A propósito, de acordo com a tabela 9 observa-se que a maioria dos educadores acredita que a Educação Física auxilia a inclusão do aluno na escola.

No que se refere ao quesito de nº. 14, 15 dos participantes responderam-no e 2 não. Dentre os 15 que responderam, 12 o fizeram de forma bem sucinta, sem fundamentação, e apenas 3 apresentaram fundamentação. As respostas emitidas por esses 3 docentes foram as seguintes: “[...] os alunos desta instituição participam das aulas práticas de Educação Física regularmente, e seus potenciais são aproveitados em todas as atividades, mesmo que seja de uma maneira menos intensa que os outros.”; “[...] sem dúvida nenhuma, pois é o momento em que há

uma maior socialização, é um lazer didático que mobiliza o alunado na inclusão dos alunos com necessidades especiais.”; e “[...] todo aluno especial tem suas potencialidades, acho que na Educação Física a exploração dessas potencialidades acontece de forma bem mais intensificada.”.

O PSE tem um papel importante no processo de conscientização dos direitos das pessoas com deficiência. Como pode-se observar nas respostas emitidas pelos três docentes, a participação dos alunos com deficiências em aulas de Educação Física é um processo que vem sendo conquistado a cada dia pelos profissionais atuantes na área.

De acordo com o Instituto Brasileiro dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2008, p. 23), o esporte é utilizado como recurso para reabilitação, integração social e conscientização da sociedade sobre o potencial da pessoa com deficiência.

Para Carneiro (2011, p. 65), a abordagem do profissional deve ser participativa, evitando a redução à assistência curativa, desenvolvendo ações de promoção e construindo práticas que possibilitem um modelo assistencial que seja integrado, humanizado, visando responder às necessidades individuais e coletivas.

Dessa forma, a inclusão possibilita o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com deficiência, propiciando crescimento psicomotor, além de despertar

um sentimento de solidariedade, companheirismo e respeito para com os demais colegas.

5 CONCLUSÕES

Pode-se dizer que a Educação Inclusiva veio como um processo de grandes mudanças para nossas escolas e para a vida de inúmeras pessoas que, ao receberem alunos com deficiências no sistema regular de ensino, estão, de certa forma, oportunizando um crescimento institucional e pessoal, tanto para o profissional da educação quanto para o aluno, que, anteriormente, não desfrutava da educação junto aos demais colegas ditos “normais”.

A contribuição de um profissional da educação na vida de crianças com deficiência é, sem dúvidas, de fundamental importância para o seu desenvolvimento. Infelizmente, não são todos os profissionais que se encontram habilitados a enfrentar os desafios relacionados ao processo de inclusão.

Vale salientar que a Educação Física merece destaque nessa discussão, pois envolve um amplo crescimento do indivíduo, independente de ser uma pessoa com ou sem deficiência. Enquadra-se numa conceituação de educação integral do aluno, possibilitando grandes avanços, principalmente quando se fala em alunos com deficiência, que apresentam limitações,

mas que não estão impossibilitados de vivenciar momentos que os façam conhecer e desenvolver suas capacidades e habilidades físicas.

Os resultados da pesquisa apontaram que os professores possuem conhecimentos acerca da Educação Física inclusiva, conseguidos por meio de leituras, mas que não exerceram aprofundamento sobre o assunto. Isso foi verificado nas respostas, pois muitos nem mesmo sabiam o real significado da palavra inclusão.

Os professores também se mostraram despreparados para trabalhar o processo de inclusão na sala de aula, de modo que apenas um pequeno número dos docentes apresentou conhecimentos básicos acerca da inclusão escolar.

No que diz respeito às deficiências existentes na escola na qual trabalham, os professores disseram que há alunos que apresentam problemas de ordem intelectual, física e auditiva. Diante dessa realidade, os professores disseram adaptar alguns procedimentos pedagógicos para atender todos os alunos.

Cientes de que todos os alunos apresentam habilidades para realizar tarefas no dia-a-dia, os professores afirmaram que o melhor caminho para a inclusão é acreditar sempre nas potencialidades de cada ser humano, fazendo-o participar ativamente de atividades sociais, dentro e fora da escola.

Para os docentes, a Educação Física pode contribuir para uma maior participação

das pessoas com deficiência nas atividades escolares, uma vez que promove maior socialização entre os alunos.

Nessa perspectiva, as escolas e os educadores precisam enfrentar o grande desafio que é adequar-se às necessidades dos alunos com deficiência, procurando sempre ofertar um ensino de qualidade e atender, de forma igualitária e eficaz, a diversidade de alunos presentes nas escolas. Assim, pode-se estabelecer um laço de harmonia entre toda a comunidade escolar e, como consequência, alcançar destaque na Educação Brasileira.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Elizabeth Alice; FERRAZ, Fernando Bastos. **O conceito de pessoa com deficiência e seu impacto nas afirmativas brasileiras no mercado de trabalho**. XIX Encontro Nacional do CONPEDI, Fortaleza: Junho, 2010.

BETTI, Irene Rangel; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **História de vida: trajetória de uma professora de Educação Física**. Disponível em: www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/03n2/3n2_ART07.pdf. Acesso em: 24/07/2013.

BIBIANO, Bianca. **Inclusão: é possível resolver**. Revista Nova Escola. Ano XXVI, nº 244, agosto, 2011.

BRASIL. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf> Acesso em: 26 de maio de 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 6ª ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. 2ª ed. Coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Passo a passo adesão Semana Saúde na Escola**. Brasília-DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

FAUSTO, Rodrigo Franco de Camargo, et al. **Educação Física Escolar e as ações inclusivas: um olhar sobre os motivos para a não participação dos alunos nas aulas de educação física escolar**. Movimento & Percepção, Espírito Santo do Pinhal, SP, v. 10, n. 14, Jan./jun. 2009.

IBDD. Instituto Brasileiro dos Direitos das Pessoas com Deficiência. **Inclusão social da pessoa com deficiência: medidas que fazem a diferença**. Rio de Janeiro: IBDD, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: Abril, 2012.

MESQUITA, Amélia Maria Araújo. **Currículo e educação inclusiva: as políticas curriculares nacionais**. Espaço do Currículo, v.3, n.1, pp.305-315, mar/set, 2010.

MORAES, Fernando César de Carvalho. **Educação Física escolar e o aluno com deficiência: um estudo da prática pedagógica de professores**. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

RÉUS, Núbia Rosemari Miraia; CAVALARI, Nilton. **A educação inclusiva no Brasil.** Caderno Multidisciplinar de Pós-Graduação da UCP, Pitanga, v. 1, n. 2, p. 202-215, fevereiro, 2010.

SAMPAIO, Cristiane T. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida.** Salvador: EDUFBA, 2009.

CARNEIRO, Rithianne Frota. **Promoção da Saúde: conhecimento produzido pelas equipes de Enfermagem na Estratégia Saúde da Família.** SANARE, Sobral, V.10, n.2, p. 64-70, jul./dez., 2011.

SESI-DN: Ministério do Esporte e Turismo. **Lazer, atividade física e esportiva para portadores de deficiência.** Brasília. 2011, p. 23, 131, 139.

VIEIRA, Ana Clara da Cunha; SILVA, Valéria da. **A necessidade de capacitação dos profissionais do programa saúde na escola para inclusão de orientações posturais preventivas no âmbito escolar.** Ciência em Tela, Vol. 4, n. 2, 2011.